



## Temas Raciais nos Anais da Sociedade Brasileira de Psicologia: Pesquisa Documental (1971-2022)

### Racial Themes in the Proceedings of the Brazilian Psychology Society: Documentary Research (1971-2022)


**Anna Beatriz Barbosa de Souza Peralta**

 <https://orcid.org/0000-0001-5923-7107>

**Sara Santos Dias Costa**

 <https://orcid.org/0000-0003-1822-0450>

**Tales Vilela Santeiro**

 <https://orcid.org/0000-0003-1610-0340>

Universidade Federal do Triângulo Mineiro  
Brasil

#### Resumo

Debates sobre o racismo e suas repercussões têm crescido nos últimos anos e têm dado maior visibilidade às questões sociais, históricas e político-econômicas que o perpassam. No meio acadêmico e profissional de psicólogos(as) questões dessa natureza constituem o cotidiano de estudantes, formadores(as) e profissionais, mas ainda carecem de discussões. O estudo objetivou investigar produções científicas com temáticas raciais, publicadas nos anais das Reuniões Anuais (RA) da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). Trata-se de uma pesquisa documental de natureza quantitativa. A amostra é composta por resumos publicados de 1971, início das RA, até 2022. Os dados foram coletados no *site* da SBP, por meio de terminologias como negritude, negro, racismo, relações raciais, etnia, afrodescendente, exclusão-inclusão e desigualdade social. Apesar de os resumos apresentarem falhas discursivas, ao longo do período investigado, as produções foram crescentes. Reflexos de mudanças socioculturais e da evolução da ciência brasileira são problematizados.

**Palavras-chaves:** negritude; pesquisa científica; formação do psicólogo; comunicação científica; psicologia social.

#### Abstract

Debates about racism and its repercussions have grown in recent years and have given greater visibility to the social, historical and political-economic issues that permeate it. In the academic and professional world of psychologists, issues of this nature constitute the daily life of students, trainers and professionals, but they still require discussion. The study aimed to investigate scientific productions with racial themes, published in the proceedings of the Annual Meetings of the Brazilian Psychological Society. This is a documentary research of a quantitative nature. The sample is made up of abstracts published from 1971, the beginning of the RA, until 2022. The data was collected on BPS's website, using terminologies such as blackness, black, racism, race relations, ethnicity, Afro-descendant, exclusion-inclusion, and social inequality. Despite the abstracts presenting discursive flaws, throughout the period investigated, productions increased. Reflections of sociocultural changes and the evolution of Brazilian science are problematized.

**Keywords:** blackness; scientific research; psychologist training; scientific communication; social psychology.

[...] o racismo é uma episteme que estrutura nossa sociedade e que, por esse motivo, necessita estar na centralidade de diferentes campos psicológicos. Ou seja, o enfrentamento ao racismo necessita ser estruturante (...) de toda e qualquer ação ético-política da Psicologia enquanto ciência e profissão para assim produzirmos Psicologias Antirracistas, considerando as diferentes epistemologias e metodologias que a constitui (Alves et al., 2020, p. 4).

Os debates sobre o racismo e sobre os imperativos de a Psicologia se consolidar como ciência e profissão de cunhos filosófico, metodológico e epistemológico antirracistas, têm crescido nos últimos anos e, assim, têm agregado visibilidade às questões que os permeiam, tanto no cenário global quanto no brasileiro (Alencar & Silva, 2021; Alves et al., 2020; APA, 2021; Benedito & Fernandes, 2020; Kelly, Jérémie-Brink, Chambers, & Smith-Bynum, 2020). Os resvalos disso também são notados nos processos de formação de cientistas e profissionais psicólogos(as) (CFP, 2002; 2017; Félix-Silva et al., 2022; Santos & Schucman, 2015; Silva, 2023; Veiga, 2019).

No entanto, as raízes dessas discussões remontam a décadas passadas. Já na década de 1940, alguns precursores e precursoras brasileiros(as) dedicavam-se às temáticas raciais. Entre eles, destaca-se a psicanalista Virgínia Bicudo, uma mulher negra paulistana, cujas contribuições incluíram a sua Dissertação de Mestrado, intitulada *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, a qual foi defendida em 1945 (Barbosa & Ferreira, 2020). Anos depois, em 1983, Neusa Santos, psiquiatra, psicanalista e escritora, publicou seu livro *Tornar-se negro: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Essa obra foi reconhecida por Schucman e Martins (2017) como um marco dessa nova geração para a Psicologia, uma vez que aborda análises minuciosas sobre a construção da subjetividade do(da) negro(a) brasileiro(a).

A expressão dos movimentos sociais que defendem os direitos raciais e denunciam casos de racismo tem ganhado mais visibilidade por meio de mídias sociais e de outros meios de comunicação de massa. Isso também tem impulsionado os debates raciais e promovido diálogos e reflexões necessários e urgentes. Gajanigo e Souza (2014), por exemplo, analisaram os movimentos sociais expressos nessas mídias e destacaram a sua importância política, pois em muitas sociedades eles surgiram em momentos de crise para reivindicar mudanças políticas e sociais, como a desigualdade e a intolerância.

No âmbito da Psicologia, as produções científicas relacionadas às relações étnico-raciais são mais frequentes na área da Psicologia Social (Gouveia & Zanello, 2019; Tavares & Kuratani, 2019). As questões ligadas a esse tema, por outro lado, fazem parte do cotidiano de estudantes, formadores e profissionais da área, mesmo que muitas vezes não tenham recebido a devida atenção em diferentes áreas de atuação e em seus processos de formação. Esse cenário é percebido nos cursos de graduação em Psicologia, de modo transversal. Conforme destacado por Silva e Santos (2023), os estudantes da área relatam que, ao longo de sua

graduação, as reflexões sobre as relações étnico-raciais estão sujeitas ao interesse e à sensibilidade de alguns(algumas) docentes, não raro restritas a discussões sobre as políticas de cotas.

Dada a importância de haver maior atenção aos temas envolvendo as relações raciais, temas como escravidão, racismo e relações raciais, por estarem interligados, receberão breve explanação a partir de agora. Esses tópicos serão expostos com o intuito delinear o contexto no qual o presente estudo surgiu e, mais adiante, o de contextualizar os objetivos específicos. Cabe ressaltar que essas temáticas têm sido citadas e comentadas nas produções científicas em Psicologia, de modo abrangente, nos diversos níveis de discurso acadêmico. Nesse sentido, tanto em eventos promovidos por sociedades científicas quanto em documentos produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), por exemplo, elas têm sido notadas. Embora os temas mencionados sejam ilustrados adiante, conceitos correlacionados não se esgotam e abrangem, por exemplo, a noção de negritude, colonialidade, entre outros.

A escravidão é, dessa forma, um conceito que se contrapõe à noção de escravidão e escravo e refere-se aos sistemas de dominação e opressão que transformam aqueles considerados diferentes e inferiores, em pessoa escravizada. Esse processo de escravidão, que historicamente envolveu a exploração da mão de obra de povos africanos como mercadoria, reverbera até os dias atuais, manifestando-se nas formas contemporâneas de racismo e desigualdades sociais.

A história registra ocorrências de violências verbal, física e psicológica infligidas às pessoas negras, demonstrando respostas discriminatórias da elite branca, que visava subjugar-las com base em diferenças físicas e origens não europeias (CFP, 2017). Nesse sentido, a perpetuação dessa dinâmica não se limita apenas ao passado; ao contrário, ela se integra nos diferentes níveis de organização de uma sociedade – seja o socioeconômico, o cultural, o educacional ou o político. Daí ser cabível dizer que o racismo, enquanto uma forma sistemática de discriminação que se manifesta de maneira consciente e inconsciente, estrutura as relações sociais e persiste em diferentes formas (Almeida, 2018).

Considerando a presença do racismo como fenômeno que ocorre em larga escala, ele interfere na constituição das sociedades por meio de políticas públicas ou de qualquer ação pública/privada que, conseqüentemente, aumenta a desigualdade racial (Kelly et al., 2020). Dessa forma, com o objetivo de apresentar um percurso histórico e conceitual das temáticas raciais, abordando os diferentes âmbitos do racismo (institucional, interpessoal ou intersubjetivo e pessoal), a Psicologia brasileira e os respectivos processos de produção científica que se articulam nesse campo têm passado por transformações em seus *fundamentos*. Nesse sentido, por exemplo, o CFP tem desenvolvido e disponibilizado referências técnicas para a atuação de psicólogos(as), bem como contribuições teóricas da Psicologia para o estudo da temática e o seu enfrentamento teórico-político (CFP, 2002; 2017), material que tem

sido incorporado nas salas de aula universitárias de Psicologia e repercutido, por essa via, em eventos acadêmicos.

Apesar disso e dos avanços constatados, o chamado “racismo à brasileira” permanece com tendências para considerar o(a) negro(a) como vítima, em posições de fragilidade e subjugação. Conforme Marques Junior (2021), os contornos específicos do racismo no Brasil, caracterizado como racismo à brasileira, podem ser compreendidos por meio de três aspectos: (1) as questões históricas relacionadas ao sistema escravista; (2) o racismo científico, que forneceu uma base para a consolidação do racismo como verdade; e (3) a mestiçagem/miscigenação, utilizada como premissa para o branqueamento.

No âmbito científico-acadêmico, um exemplo importante desse panorama pode ser encontrado no estudo de Camino et al. (2014) sobre políticas de ação afirmativa. Os autores demonstraram que um dos argumentos mais recorrentes entre estudantes contrários às cotas era baseado na percepção de igualdade entre negros e brancos, uma perspectiva marcada pela ideia de democracia racial, que ignora as desigualdades históricas e estruturais enfrentadas pelo povo negro, fenômeno que pode ser compreendido como o “velho” ou, mais precisamente, o “novo” racismo. Esse fenômeno, marcado pela persistência das expressões raciais, evidencia que tais questões não são resquícios do passado, mas continuam a se manifestar no cotidiano brasileiro.

Ainda perfazendo o contexto deste trabalho, cabe ressaltar que, no final do século XIX, o discurso racial sobre o(a) negro(a) ainda estava permeado pelo pensamento psicológico que o vinculava como um “objeto da ciência”, em que a ideia de raça era entendida como um conceito biológico e o racismo era naturalizado (Masiero, 2005; Schucman & Martins, 2017). Contudo, essa realidade começou a mudar no final da década de 1970, impulsionada pelo processo de redemocratização do país e pelos movimentos sociais negros, os quais redefiniram suas agendas políticas e a forma de conceber as relações sociais entre negros(as) e brancos(as), desempenhando um papel fundamental no combate a essas perspectivas (Schucman & Martins, 2017).

Os movimentos sociais negros buscam, entre seus diferentes objetivos, promover a (re)construção da identidade negra e subsidiar possibilidades para o(a) negro(a) romper com esse lugar no qual tem sido posto(a), historicamente (Van-nuchi, 2017). Nos cursos de formação de psicólogos(as) e nos eventos científicos promovidos nesse campo, esses fenômenos também têm estado presentes. Nesse contexto, psicólogos(as) negros(as) têm sido agentes essenciais no processo de transformação, ao legitimar, fortalecer e contribuir para a compreensão dos fenômenos relacionados à cor e à subjetividade do povo negro, ainda que a história da ciência, muitas vezes, invisibilize o protagonismo desses sujeitos (Tavares & Kuratani, 2019; Veiga, 2019; 2021).

Nesse panorama, a Psicologia, especialmente a Psicologia Social, passou a

compreender a raça como uma categoria social. Isso resultou no surgimento de investigações sobre os efeitos psicossociais do racismo, as desigualdades sociais, políticas e raciais, sob uma perspectiva que busca desnaturalizar esses fenômenos, enxergando-os não apenas como fenômenos sociais, mas como ligados a relações de poder estruturais. Dessa forma, a Psicologia passou a discutir o(a) negro(a), não mais como “objeto da ciência”, mas como sujeito político, protagonista de sua própria história (Schucman & Martins, 2017).

Por essas razões como as que se procurou salientar até aqui, é importante que temáticas que envolvam relações raciais sejam discutidas nos cursos de graduação e pós-graduação, com consequentes repercussões dessas discussões em eventos acadêmicos focados em produção de conhecimento, como congressos científicos e demais reuniões que congregam pesquisadores e profissionais.

As produções científicas sobre temas raciais têm, nessa direção, importância histórica fundamental, especialmente quando se tratam de publicações em documentos que retratam essas modificações sociais e políticas, sob a perspectiva de uma profissão e ciência nova. Nesse cenário, é crucial refletir sobre a dualidade intrínseca entre a Psicologia como “ciência” e “profissão”. Por um lado, há a busca pela construção do conhecimento científico sobre diversos fenômenos sociais; por outro lado, como profissão, surge a necessidade de discutir essas pesquisas, aplicar esse conhecimento na prática e contribuir para estabelecer diretrizes éticas e profissionais.

A Psicologia, como ciência e profissão, tem o potencial, não apenas de analisar os diversos fenômenos psicossociais e tentar explicá-los, mas também o de contribuir para o combate ao racismo. Esse enfrentamento é essencial, uma vez que o racismo produz sofrimentos aos(as) negros(as) e aos(as) que com eles(elas) convivem, nos âmbitos micro e/ou macroestruturais (Alencar & Silva, 2021; Alves et al., 2020; APA, 2021; Benedito & Fernandes, 2020; Vannuchi, 2017). Portanto, a investigação e o resguardo das produções científicas para a posteridade são medidas extremamente necessárias, pois denotam o progresso da ciência e engendram a preservação da história. E tal preservação histórica cabe, também, às sociedades científicas, tal como Witter (2007) salientou em seu estudo sobre elas:

A importância das Sociedades Associações/Científicas decorre delas gerarem e preservarem a História da Ciência e das Profissões relacionadas, de criarem estímulos e condições de desenvolvimento, quer da ciência, quer da profissão. O trabalho de preservar a história começa com a própria evolução que deve ser devidamente registrada e pesquisada periodicamente em seus múltiplos aspectos, com muitas coletas, análises e leituras. (p. 3)

A esse respeito, Motoyama et al. (2002) ressaltaram que os anais são produções que, por tradição, decorrem dos eventos de cunho científico, como modo de registro do que ali se passou. Nesses documentos, os resumos são os textos mais frequentemente usados, assim como em alguns eventos pode haver, além destes,

os resumos expandidos e os trabalhos completos. De todo modo, o que interessa no âmbito desta pesquisa é que os anais constituem uma maneira eficiente de preservação de memória, seja de instituições, de sociedades científicas ou de eventos diversos.

Desse modo, considerando a centralidade das temáticas raciais na contemporaneidade e a função basilar dos anais de eventos, enquanto veículos de comunicação científica e base fundamental para assentamento de registros históricos, neste estudo objetivou-se, no geral, investigar as produções científicas perpassadas por temáticas raciais, publicadas nos anais das Reuniões Anuais (RA) da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP). De modo mais específico, investigou-se: a distribuição das produções, ao longo do período investigado; os tipos de estudos; as bases teóricas dos estudos; as áreas temáticas da Psicologia nas quais esses estudos se inseriam; o direcionamento dos estudos para o(a) negro(a); casos nos quais a temática do racismo se presenciava, verificar os tipos de racismo; e, nos casos aplicáveis, a evolução dos tópicos anteriores.

### **Método**

Pesquisa documental de natureza quantitativa. Pádua (2004) considera a pesquisa documental como a que se realiza tendo-se documentos, retrospectivos ou contemporâneos, como ponto de partida. Eles são considerados cientificamente autênticos e têm sido largamente utilizados nas ciências sociais, “na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências” (p. 68-69).

### **Sociedade Brasileira de Psicologia**

A SBP começou a ser idealizada por estudantes da graduação de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), campus de Ribeirão Preto, em 1970, e teve sua fundação datada em 1971, ano da ocorrência de sua primeira RA. Essa Sociedade surgiu com os objetivos de divulgar a ciência em Psicologia e de fortalecer a classe profissional dos(das) psicólogos(as). Estes(as) sentiam a necessidade de se organizarem, haja vista que nessa época o CFP ainda não existia. Por isso, Rozestraten (1988) comentou que a função da SBP, além de propagar a ciência, era também a de fiscalizar a profissão, função essa desenvolvida pelo CFP e Conselhos Regionais de Psicologia, a partir de 1973 (CFP, 1973).

A Sociedade de Psicologia era, portanto, vista mais do que como um órgão de comunicação científica, como órgão fiscalizador da ética profissional. Esta mobilização dos psicólogos em defesa de sua profissão provavelmente teve outra consequência benéfica, a de que finalmente nos últimos dias de dezembro de 1973 foi convocada uma reunião das diversas entidades de psicologia para dar forma mais concreta à Lei 5.766 de 20/12/71. Tinham decorrido exatamente dois anos depois da aprovação desta lei e o Ministério do Trabalho,

provavelmente sob pressão de “forças ocultas”, não tinha tomado as providências para esta convocação. Assim, o 1º boletim de 1974 já pôde dar a notícia da eleição do Conselho Federal de Psicologia, da qual participei como presidente da SPRP. (Rozestraten, 1988)

Tendo em vista o pioneirismo da SBP, sua importância é notória no meio científico e acadêmico brasileiro, pois os anais de suas Reuniões Anuais contêm resumos de estudos, desde 1971, quando ainda não havia um órgão que guardasse tais documentos, até os dias atuais. Sendo assim, a escolha das produções da SBP como objeto de estudo se consolidou por sua relevância histórica no meio científico da Psicologia brasileira, o que permite traçar uma parcela importante do que se produziu e tem sido produzido no campo das temáticas raciais.

Além disso, cabe dizer que em eventos como a RA, pesquisadores(as) apresentam seus trabalhos e, a partir dessas experiências, dialogam com pares e são avaliados(as). Isso constitui um processo de construção científica que pode culminar com a submissão desses mesmos trabalhos, a algum periódico científico, no formato de artigos. Nessa acepção, tal como Witter e Souza (2007) acentuaram, há duas questões importantes promovidas por esses eventos científicos e pelas produções que deles decorrem: “tornar público o conhecimento alcançado e a de avaliar o produzido” (p. 85).

## **Documentos**

A amostra constituiu-se de 185 resumos publicados nos anais das RA da SBP, desde a primeira delas, ocorrida em 1971, até a 52ª, passada em 2022. Os documentos foram produzidos por pesquisadores(as) experientes e iniciantes, sendo que usualmente os destes últimos são coassinados por orientadores(as) e demais integrantes de grupos de pesquisa.

O material analisado está disponível no *site* da organização, sem custos para acessá-lo, em formato Portable Document Format. Ele é organizado de acordo com o ano de publicação, desde a primeira RA (Sociedade Brasileira de Psicologia, 2023).

## **Procedimentos**

A coleta de dados foi feita por meio dos seguintes termos: negritude, negro, racismo, relações raciais, etnia, afrodescendente, exclusão-inclusão e desigualdade social, assim como derivações e correlatos que se atrelavam a esses universos semântico e cultural (quilombo e escravização). Resumos com uma ou mais dessas terminologias em seus textos corridos e cujas temáticas retratam relações raciais foram selecionados.

Estudos que incorporaram alguma das terminologias somente para a apresentação de dados sociodemográficos foram excluídos da base de documentos. Essa medida também foi adotada para textos na íntegra, de simpósios e mesas

redondas; naturalmente, não porque eram impertinentes, mas porque o discurso científico em análise era o *resumo de trabalho publicado em anais de evento*.

Os anos 2001 a 2011, que não foram anexados no *site* devido a problemas técnicos, foram analisados por meio de CD-ROMs cedidos pela SBP. E devido à impossibilidade de acesso/aquisição dos CD-ROMs dos anos de 2001 e 2002 no momento da coleta de dados, as produções respectivas foram excluídas na amostra, totalizando 49 anos analisados, na extensão de 51 anos totais. A coleta de dados foi feita durante o segundo semestre de 2023.

Buscou-se identificar a distribuição das produções, ao longo do período investigado; tipos de estudos (pesquisas empíricas, relatos de experiência, estudos teóricos); bases teóricas dos estudos (sócio-histórica, psicanalítica, cognitivista, psicodramatista etc.); áreas temáticas da Psicologia nas quais esses estudos se inseriam (Psicologia Clínica, Análise Experimental do Comportamento, Formação em Psicologia, Psicologia Organizacional e do Trabalho, Psicologia Social, Avaliação psicológica, Psicologia Escolar e Educacional, Psicologia da Saúde etc.); o direcionamento dos estudos para o(a) negro(a) (como objeto de estudo científico e/ou como protagonista do estudo); casos nos quais a temática do racismo se presencia, verificar os tipos dele (institucional, interpessoal e pessoal); e, nos casos aplicáveis, a evolução dos tópicos anteriores.

Dois pesquisadores doutores experientes, uma delas historiadora da Psicologia (25 anos de formada em Psicologia) e outro estudioso e militante na esfera das relações étnico-raciais (23 anos de formado em Ciências Sociais, autoidentificado como pessoa preta), foram consultados sobre a pertinência dessas terminologias. As duas primeiras autoras são auto identificadas como pretas; a segunda é estudiosa militante no campo das relações étnico-raciais; o terceiro é professor experiente em metodologias de pesquisa sobre produção científica (25 anos de formado). O grupo dos dois pesquisadores, da primeira e do terceiro autores realizou as análises dos direcionamentos dos estudos para o(a) negro(a) e dos tipos de racismo constantes dos discursos dos resumos.

Os dados foram organizados em planilhas no *Excel*, segundo a ordem considerada nos objetivos. Além disso, a análise foi feita de forma quantitativa. Foram estimadas as frequências relativas e brutas das variáveis observadas e, quando aplicável, o teste estatístico não-paramétrico Qui-quadrado foi estimado. Os achados foram pensados por meio de diálogos com a literatura sobre relações raciais.

A título de ilustração de como os resumos foram analisados, dois deles serão detalhados. O primeiro, de autoria de Inês Marini, Maria Aparecida Rocha, Maria Leonor Espinosa Enéas, Mariana Abdala, Marisa S. Salgado, Neide M. Fernandes e Vera R. Perrone, data de 1978, é intitulado: "Julgamento simulado de um criminoso de raça branca ou negra: uma explicação do preconceito racial entre operários". O trabalho objetivou verificar, por meio de júri simulado constituído por operários(as), se haveria discriminação racial da cor negra em julgamento de crimes pelo júri,



considerando o gênero (homens e mulheres) e a classe social (operários/as). Esse resumo integrou a amostra por incorporar a terminologia *negro*; no entanto, foram observadas outras terminologias como *discriminação racial*, *preconceito racial* e *raça*. Conforme os demais objetivos específicos, as categorizações do discurso foram aplicadas da seguinte forma: pesquisa de natureza empírica (89 participantes responderam a uma escala), de base teórica comportamentalista (manipulação de variáveis comportamentais), afeita à Psicologia Social (trabalho gestado e orientado em âmbito da disciplina de Psicologia Social), tinha direcionamento do estudo para o negro como objeto (uma das hipóteses investigadas era a de que o negro seria penalizado com maior rigor) e era focada no racismo interpessoal (circunscrito entre participantes operários/as e criminosos hipotéticos).

O segundo resumo ilustrativo é uma produção derivada de RA ocorrida em 2017, intitulado "Território, turismo de base comunitária e enraizamento em dois quilombos brasileiros" e de autoria de Gustavo Martinelli Massola. Este estudo objetivou "investigar a relação entre enraizamento (...) e participação em projetos coletivos de turismo de base comunitária em dois quilombos localizados no Estado de São Paulo". Ele foi selecionado para composição da amostra por, desde o título, incorporar a terminologia *quilombos* e, na primeira oração, além desta, *comunidades negras* e *escravização*, dentre outras. Em consideração aos demais objetivos específicos, as seguintes categorizações foram feitas: estudo de tipo empírico (56 moradores/as de quilombos foram entrevistados/as), de base teórica não especificada (isso não se aplicava), situado na área temática de Psicologia Ambiental, com direcionamento da investigação ao negro e à negra como protagonistas (participantes residentes de comunidade quilombola, atores/atrizes de projetos coletivos de base comunitária); e, por fim, investigar o tipo de racismo não era objetivado.

### Resultados e Discussão

Nos 49 anos analisados as 185 produções se distribuíram de modo crescente, porém, com concentração na penúltima década: 1970 (n = 1; 1%); 1980 (n = 6; 3%); 1990 (n = 15; 8%); 2000 (n = 34; 18%); 2010 (n = 91; 49%) e 2020 (n=38, 21%) (Média = 30,8 produções/década; Desvio Padrão = 32,9). Cabe sublinhar que as produções dos anos 2020 são parciais. Considerando, assim, que os anos 2020 tiveram apenas 3 anos analisados, os indicadores são de que provavelmente haverá incremento dessa produção até o fim da década. Os citados estudos de Inês Marini et al. e de Gustavo Martinelli Massola podem ser frisados, como exemplares da movimentação quantitativa e qualitativa dos resumos analisados.

Schucman e Martins (2017) tratam do crescimento de produções sobre questões raciais a partir de uma mudança analítica para negros(as), o que se assenta, ainda, após a Constituição Cidadã e o crescimento de movimentos sociais negros. Para esses autores, o marco temporal dessa mudança situa-se na década de 80, com a publicação de *Tornar-se negro: ou As vicissitudes da identidade do negro*

*brasileiro em ascensão social* (Santos, 1983), o qual simbolizou o incremento de trabalhos de psicólogos(as) sobre os efeitos do racismo. Em vista disso, o número de estudos encontrados após a década de 80 até os dias de hoje foi progressivamente crescente, demonstrando interesse da comunidade científica que recorreu e recorre às RA da SBP, em divulgar investigações sobre temáticas raciais.

Em relação aos tipos de estudos, na amostra geral a concentração de empíricos foi observada ( $n = 156$ ; 84%), seguidos de revisões bibliográficas/literatura ( $n = 21$ ; 11%) e debates teóricos ( $n = 8$ ; 4%). Em relação às pesquisas empíricas, elas foram distribuídas da seguinte maneira, década a década: 1970 = 1 (1%); 1980 = 6 (4%); 1990 = 14 (9%); 2000 = 31 (20%); 2010 = 77 (49%) e 2020 = 27 (17%). Esses achados ressaltam o papel científico e social das reuniões anuais e demais eventos acadêmicos, ao elegerem em suas propostas fundamentais a divulgação de produções científicas, por meio da congregação de pesquisadores e estudiosos de determinada área do conhecimento, para estabelecimento de diálogos entre pares.

O fato de as produções analisadas serem de maioria empírica também sublinha um aspecto qualitativamente positivo dela, e o papel da SBP como uma das importantes promotoras da produção científica psicológica no Brasil. Além disso, é possível notar que as produções empíricas perfazem um perfil quantitativo crescente, assim como foi observado na análise dos dados gerais. Nesse sentido, cabe retomar que a produção dos anos 2020 ainda está em andamento e assim estará nos próximos anos.

Na maioria dos resumos recuperados não houve especificação das bases teóricas que direcionavam os estudos ( $n = 159$ ; 86%); nos demais casos, as seguintes foram observadas: psicanalítica ( $n = 6$ ; 3%), comportamentalista ( $n = 4$ ; 2%), fenomenológica ( $n = 3$ ; 1,6%), eclética ( $n = 2$ ; 1%), e outras bases (como exemplo, sociointeracionista, sócio-histórica, socioconstrutivista, teoria da identidade social, bioecológica) ( $n = 11$ ; 6%). De modo geral e quando os resultados são ponderados por década, a corrente teórica que fundamentava os estudos foi especificada do seguinte modo: 1970 ( $n = 1$ ); 1980 ( $n = 3$ ); 1990 ( $n = 5$ ); 2000 ( $n = 3$ ); 2010 ( $n = 11$ ) e 2020 ( $n = 3$ ).

O fato da maioria dos resumos ( $n = 159$ ) não apresentar especificação da base teórica instiga reflexões críticas, na medida em que elucidá-la é fundamental para o leitor compreender a visão de ser humano e de ciência psicológica sob investigação, ainda que estes sejam um tipo de discurso acadêmico que tem sabida restrição espacial e de número de vocábulos. Formadores de pesquisadores e autores de resumos têm compreendido devidamente a relevância de se elucidar a base teórica dos estudos que empreendem, haja vista a leitura de resultados ser diretamente dependente dela? Esse tipo de indagação, contudo, também requer ponderações quanto à extensão temporal ora praticada, na medida em que 49 anos comportam diversidade de compreensão quanto aos balizadores técnicos que um

resumo submetido a eventos científicos deveria ou deve respeitar.

As áreas temáticas de inserção dos estudos, na amostra geral, foram concentradas na Psicologia Social (n = 120; 65%); Psicologia da Religião (n = 8; 4%); Psicologia do Desenvolvimento (n = 5; 3%); Psicologia Escolar/Educacional (n = 3; 1,6%), Relações Étnico-Raciais, Psicologia Cognitiva, Análise do Comportamento e Interdisciplinares (n = 2 cada; 1% cada) e Psicologia Clínica (n=1; 0,5%). Além disso, houve estudos com áreas não identificadas (n = 30; 16%) e 10 trabalhos foram observados em diversas áreas temáticas, de modo disperso (n = 1; 0,5% cada). Resumos na área mais frequente, Psicologia Social, foram crescentes ao longo dos anos: 1970 = 1; 1980 = 1; 1990 = 3; 2000 = 21; 2010 = 65; e 2020 = 29.

Para compreensão desses resultados, cabe mencionar que a complexidade em “separar áreas temáticas” nas produções da Psicologia foi devidamente ponderada, uma vez que elas tanto podem se correlacionar entre si quanto pode haver “sobreposições temáticas”. Nesse sentido, optou-se por enfocar este tópico analítico a partir do critério estipulado pelas comissões editoras dos anais das RA: no ato da inscrição os autores remetem os seus resumos a partir de “áreas” predefinidas pela própria SBP. Um exemplo disso é que no ano de 2022 todos os resumos incluídos na amostra (n = 21) apresentaram, abaixo do texto do resumo propriamente dito, a informação “Área: Social – Psicologia Social”. Esse elemento nem sempre esteve presente nos anais, desde 1971; assim, foi essencial considerar a área temática predominante indicada pelos(as) autores(as).

Schucman e Martins (2017) traçam um paralelo entre a construção da Psicologia enquanto área do conhecimento e o movimento de democratização que o Brasil enfrentava em meados da década de 70 e início da década 80, quando houve esforços para identificar o papel da Psicologia brasileira, ao mesmo tempo em que ocorriam incrementos de lutas por direitos cidadãos. E nesse mesmo ínterim, a Psicologia Social também se apresentava como área interessada em investigar e considerar, progressivamente, as temáticas raciais. Nesse sentido, cabe ressaltar, por exemplo, que a Associação Brasileira de Psicologia Social foi criada em 1980 (Associação Brasileira de Psicologia Social, 2024).

Outro aspecto a carecer ponderação é que, da década de 70 até os dias atuais, a SBP, também em resposta às movimentações políticas, históricas e socioculturais da própria Psicologia, passou por um processo de incremento quanto às áreas temáticas para as quais os(as) pesquisadores(as) poderiam e podem endereçar as suas produções. Além do mais, até mesmo pelas questões que perpassam o “racismo à brasileira”, como esperar que, nos anos 70, uma área temática como a de Psicologia e relações raciais, por exemplo, fosse consolidada, ao ponto de haver demanda quantitativa para sustentar uma sessão de trabalhos com esse teor?

Quanto ao direcionamento dos estudos para o(a) negro(a), o estudo tratava o(a) negro(a) como objeto quando ele(ela) era comparado(a) com outra população,

ou quando usava a população negra para investigar constructos como inteligência, moral, representações sociais associadas aos efeitos do racismo e do processo colonizador. Os estudos que os(as) consideravam como protagonistas priorizavam as potencialidades, o aquilobamento, a ancestralidade, a cultura, o povo e as religiões de matriz africana; propiciavam que o povo negro falasse por si, sendo a negritude o centro da investigação. A categoria na qual objeto e protagonista se sobrepunham foi considerada, pois mesmo quando a negritude era protagonizada, constructos e vivências de ser negro(a) eram investigados.

Dessa maneira, os seguintes dados foram verificados e serão apresentados no geral e por década, conforme a ordem numérica crescente:

(a) estudos direcionados ao(à) negro(a) como protagonista (n = 43; 23,2%); 1970 = 0; 1980 = 1; 1990 = 5; 2000 = 8; 2010 = 23; e 2020 = 6.

(b) estudos direcionados ao(à) negro(a) como objeto de estudo (n = 84; 45,4%); 1970 = 1; 1980 = 2; 1990 = 6; 2000 = 8; 2010 = 42; e 2020 = 25.

(c) estudos direcionados ao(à) negro(a) como objeto de estudo e como protagonista (n = 58; 31,3%); 1970 = 0; 1980 = 3; 1990 = 4; 2000 = 18; 2010 = 26; e 2020 = 7.

O primeiro aspecto a ser discutido sobre esses dados diz respeito ao percentual quantitativo dos estudos que focam o(a) negro(a) como objeto de estudo (n = 84). Nesse sentido, é relevante destacar o papel histórico das teorias científicas na construção, aprofundamento e disseminação do racismo, conforme elucidado no *corpus* da presente pesquisa. Masiero (2005) demonstrou como as teorias raciais se inseriram no campo das ciências psicológicas, direcionando perspectivas e práticas com base em conceitos como comportamento, inteligência e personalidade etc. Isso contribuiu para o estabelecimento de noções que colocaram determinadas raças como objeto de estudo, especialmente a partir de perspectivas de “desvios comportamentais”, amplamente fundamentadas em eventos científicos associados a propostas de eugenia, cujo objetivo era o “melhoramento racial humano” (p. 199). Dessa forma, a crença na chamada “superioridade racial inata” passou a dominar, ao longo dos anos, uma parcela significativa da intelectualidade brasileira.

Há ainda que se destacar que, mesmo nos dias atuais, persistem reflexos dessas teorias nas práticas psicológicas, manifestando-se de diversas maneiras nas concepções presentes em nossa cultura, sobre as características do povo negro. Estudos realizados por William Tucker (2009), Andrew Winston (2020) e John P. Jackson Jr. (2023) enfatizam a necessidade de que áreas como a psicologia se engajem nesses debates, uma vez que contribuíram historicamente para a disseminação dessas ideias. Nesse sentido, cabe enfatizar que:

A História da Psicologia assume um papel fundamental na formação crítica do profissional ou pesquisador ao desvelar como a ciência, ao longo do tempo, modifica seus paradigmas básicos e aplicações. Para além de sua suposta neutralidade, no passado ou no presente,

a ciência pode servir a interesses de classes ou de justificativas para a segregação de minorias, sobretudo no Brasil, onde as teorias racistas foram outrora cultivadas por uma elite intelectual motivada mais ideológica que cientificamente (Masiero, 2005, p. 205).

Por outro lado, quando esses dados são considerados ao longo do tempo, o aumento crescente das frequências de produções foi constatado, nas três categorias analisadas, portanto. Visando à compreender se, de fato, esses dados possuíam significância estatística, o teste Qui-quadrado foi utilizado. Para os referidos resultados, encontrou-se  $X^2 = 13,8$ ;  $df = 2$ ;  $p = 0,5$ . Entende-se, portanto, que, embora os estudos indiquem para a compreensão do(da) negro(a) como objeto de estudo e protagonista, este resultado não pode ser generalizado, por não apresentar significância estatística. Novas análises, feitas sobre outras bases documentais e com métodos semelhantes, permitirão compreensões ampliadas do que ora se relata.

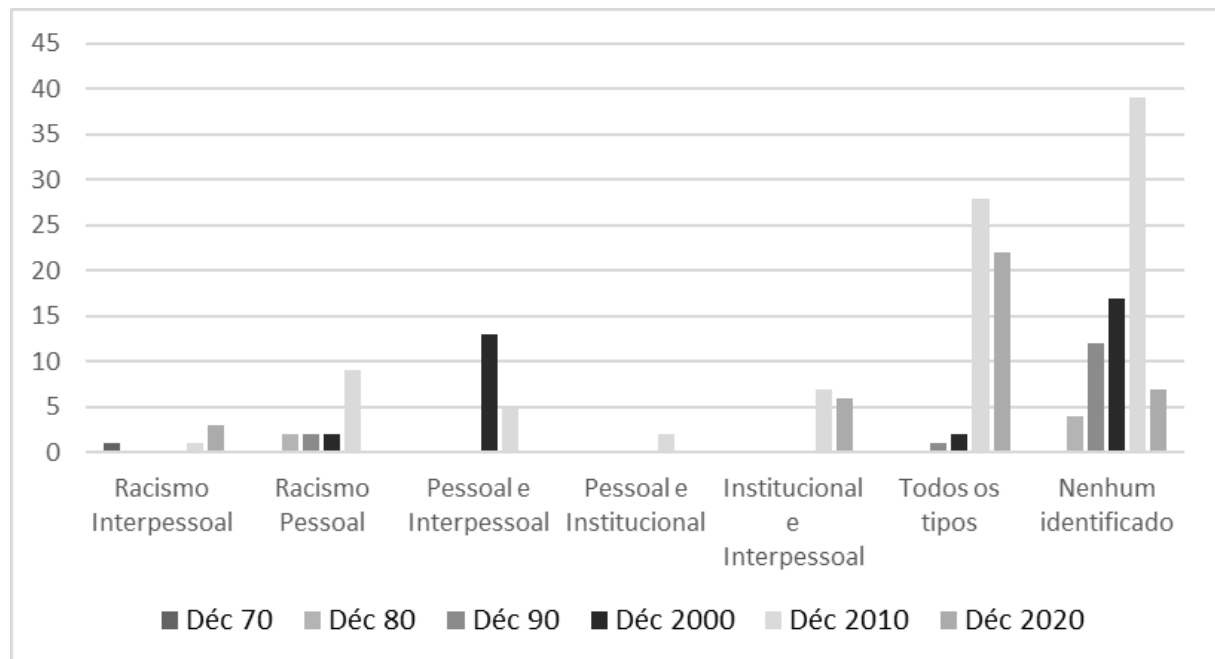
Além disso, no caso das categorias analíticas estudos que tinham o(a) negro(a) como objeto de estudo e como protagonista (31,3%) e que tinham o(a) negro(a) como protagonista (23,2%) serem associadas, o que Schucman e Martins (2017) debatem em seu trabalho sobre a mudança de perspectiva em estudos sobre relações raciais pode ser corroborado: tem havido aumento na frequência de estudos sobre o protagonismo negro, também no caso da produção analisada, embora haja ainda pouca atenção da categoria, como um todo. Para incremento dessa discussão, essas movimentações têm atravessado as experiências pessoais e profissionais dos autores, de modo transversal; elas têm ocorrido, portanto, não somente na produção escrita direcionada a eventos como as RA, mas nas respectivas realidades socioinstitucionais de suas inserções. A título de simbolização do que se pretende dizer, a segunda autora é uma das coordenadoras de uma liga acadêmica universitária, projeto cujo enfoque é o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo temático das relações étnico-raciais.

Sobre a análise dos tipos de racismo discursados nos resumos, na maior parte dos casos eles não foram objeto específico de investigação ( $n = 79$ ; 42,7%), – embora compreenda-se que o racismo perpassasse as relações raciais, de modo ubíquo. Nos demais estudos ( $n = 106$ ; 57%), os seguintes tipos foram observados: pessoal e interpessoal ( $n = 18$ ; 9,7%), pessoal ( $n = 15$ ; 8%), todos os tipos de racismo ( $n = 53$ ; 28,6%), pessoal e institucional ( $n = 2$ ; 1%), interpessoal ( $n = 5$ ; 3%), e institucional e interpessoal ( $n = 13$ ; 7%) (Figura 1).

Apesar de estudos sobre o racismo não terem sido encontrados na maioria dos resumos, no percentual encontrado ele foi verificado nos três tipos mais frequentes. Tendo em vista a constante denúncia do racismo, vivida nos últimos anos, e o aumento de publicações sobre temáticas raciais nas últimas décadas, é esperado que esses resultados recebam ainda mais incrementos, num futuro próximo. Diante de descobertas como essas, é possível levantar algumas hipóteses: teria havido ou há dificuldades por parte dos(das) pesquisadores(as) em nomear como

**Figura 1**

*Tipos de racismo citados nos resumos, ao longo das décadas.*



racismo os seus objetos de estudo, também como “resposta” ao fato de o próprio racismo apenas mais recentemente poder ser devidamente nomeado, ou como um simbolizador de racismos internalizados e silenciados? Porém, mais uma vez cabe ressaltar que este é um estudo de caso que levou em consideração os resumos publicados em anais de uma sociedade científica específica. Outros “significados possíveis”, subjacentes aos resultados encontrados, carecem de novas investigações, porque o discurso resumo é limitado, assim como é limitado o alcance de quaisquer eventos científicos, ainda que um evento de sociedade consolidada esteja em foco.

O racismo estrutural vigora nas estranhas da população brasileira como um parasita e é dever dos(das) psicólogos(as) aliarem-se a condutas contrárias às suas artimanhas. Destarte, embora os resultados demonstrem que o racismo não ocupou ou pôde ocupar o centro dos estudos analisados, uma indagação que atravessou o feitiço da pesquisa foi: a relativa ausência de estudos com essa interface denuncia o silenciamento da população negra, também pela comunidade de psicólogas(os) pesquisadoras(es) que escolhiam e escolhem as RA, como via de expressão científica?

Santos e Schucman (2015) debatem a importância da Psicologia estudar as temáticas raciais para contribuir com as áreas da Saúde, Organizacional, Clínica e para entender as próprias demandas dos psicoterapeutas em relação às suas identidades raciais: “Nesse sentido, combater o preconceito e a discriminação racial derivados do racismo está diretamente relacionado ao acolhimento e humanização na assistência, temas caros aos(as) psicólogos(as)” (p. 121). Todavia, de modo

geral houve o crescimento de publicações sobre relações raciais; tal aumento parece simbolizar movimentos de deslocamento do(da) negro(a), de objeto da ciência para o de protagonista, além de potencializar os conhecimentos para sustento do combate ao racismo.

A prática antirracista tem sido debatida por psicólogos(as), no sentido de banir práticas antigas, observar e intervir em condutas que denunciem e modifiquem o cenário de discriminação e preconceitos (Alves et al., 2020). Uma dessas discussões envolve, por exemplo, o reconhecimento da negligência em relação à subjetividade negra em muitos cursos universitários, resultando no fato de que pacientes negros(as) acabam sendo vítimas de racismo por parte de profissionais que, teoricamente, deveriam acolhê-los (Veiga, 2021).

A Psicologia brasileira, outrossim, tem procurado amadurecer o compromisso ético para promover saúde e qualidade de vida, nas mais diversas esferas. E o faz ao identificar o sofrimento humano e ao buscar combatê-lo por meio de seus recursos práticos, técnicos e teóricos. Os sofrimentos que decorrem das questões raciais têm impacto direto na vida dos(das) negros(as), além de impactos difíceis de mensurar nas pessoas que com eles(elas) convivem, dada a natureza multifacetada de fenômenos que as envolvem, enquanto integrantes e construtoras da cultura e da sociedade. Dessa forma, cabe ressaltar que nem sempre a Psicologia brasileira contribuiu ou tem contribuído para o combate às violências racistas.

No campo das ciências psicológicas, durante o século XIX, a Psicologia desenvolvida na Europa foi historicamente aplicada no Brasil pelos psiquiatras, com o objetivo de naturalizar distúrbios e deficiências com base na aparência física e, por essa via, excluir aqueles que não se enquadravam nos critérios de normalidade. Nesses termos, os negros eram o grupo alvo majoritário dessas mentalidades (Benedito & Fernandes, 2021). Assim, quando o conjunto geral de produções analisadas é contextualizado nesse cenário, o questionamento feito acima, sobre o silenciamento da população negra, também pela comunidade de psicólogos(as) pesquisadores(as) que escolhiam e escolhem as Reuniões Anuais como via de expressão científica, persiste.

A pesquisa científica em Psicologia produz muito mais do que conhecimento sobre a realidade. É a partir da produção científica que assuntos são abordados e discutidos na academia e, de modo mais abrangente, podem e(s)coar pela sociedade. Por meio das investigações empíricas, políticas públicas podem ser produzidas, temas de relevância podem ser percorridos e disseminados, haja vista a importância da ciência enquanto conhecimento metodicamente consolidado. Por isso, investigar as produções sobre temáticas raciais é importante para que o retrato por elas se torne progressivamente visível e receba a devida atenção, também por acadêmicos(as) de Psicologia e de áreas correlatas que frequentam os eventos científicos organizados pelas associações científicas psicológicas.

Além disso, entender a importância da literatura científica e de seus dis-

curiosos, como os dos resumos, favorece o situar do povo preto sobre sua própria história, em busca de narrar a sua dor e sua glória, como formas de superar experiências traumáticas (Tabacof, 2017). Nessa trajetória, a Psicologia pode se repensar e pensar como ciência e como profissão, ampliando o seu alcance no combate e na compreensão das desigualdades sociais.

O CFP (2002) publicou a Resolução Nº 18, que estabelece normas de atuação do(a) psicólogo(a) frente ao preconceito e discriminação racial. No seu Art.º 1, constata-se: “Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”. Portanto, por meio desta última citação o que foi dito até aqui é ressaltado, de outro modo: se o(a) psicólogo(a) e o(a) estudante inscrito(a) nas RA visam atender às diretrizes de atuação da própria ciência e profissão, os resultados indicam que as produções científicas têm espelhado as relações raciais de modo insuficiente, assim como o papel para contribuírem com a problematização de condutas racistas no meio científico psicológico brasileiro fica a desejar. Este estudo elucida, assim, as perspectivas passadas e recentes no enfoque dispensado às temáticas raciais e assim poderá contribuir para se (re)pensar perspectivas futuras do que pode ser feito nesse campo, também no que diz respeito a políticas afirmativas em eventos científicos, como as RA da SBP.

### **Considerações Finais**

O estudo visou ao questionamento de parcela da produção científica sobre temas raciais (resumos), publicada em um dos eventos mais importantes e longevos da Psicologia brasileira, as RA da SBP. É possível considerar que as produções foram crescentes ao longo do período investigado e que, de modo semelhante, os resumos apresentaram informações de modo aprimorado, ao longo do tempo. Esse crescimento parece refletir os momentos pelos quais o país como um todo têm passado, desde 1971: mudanças socioculturais, políticas e econômicas, que atravessaram desde a ditadura militar até a redemocratização, com resvalos na recente política de direita ultraconservadora; e espelhamento de evoluções filosóficas e teórico-metodológicas no próprio seio da Psicologia, na mesma extensão temporal, com implicações sobre a democratização da ciência e da profissão, com enfoque sobre a visibilidade às questões do povo brasileiro, e também às dos(as) negros(as). Haveria modos de a comunidade acadêmica de psicólogos não refletir o *status quo* dominante na sociedade brasileira, quando questões envolvendo temas raciais estivessem em jogo?

Cabe frisar, ainda, que os resumos apresentaram lacunas que dificultam identificar informações essenciais a respeito dos estudos relatados, como as teorias de base utilizadas para sustentar e interpretar os dados e a descrição de áreas temáticas da Psicologia. Outro dado que se destacou ao longo do tempo é a área da Psicologia Social investigar temáticas raciais, quando comparada a ou-



tras. Esta área da Psicologia brasileira parece vir fomentando o direcionamento de estudos para o(a) negro(a) e para temáticas correlatas, de modo diferenciado. Marcos como esse fomentam a visibilidade de questões fundamentais à identidade e à saúde das comunidades e pessoas negras e, por conseguinte, da sociedade brasileira.

Quanto ao direcionamento dos estudos para o(a) negro(a), o aumento dos que o(a) tratava como objeto e protagonista das pesquisas foi constatado ao longo das décadas, embora os estudos direcionados ao(à) negro(a) como objeto de estudo tenham sido mais frequentes. Sendo assim, entende-se como positivo o fato de que a população negra não seja apenas inserida nos estudos que retratam e investigam os temas ligados às relações raciais, como também ela protagonize as suas próprias histórias, por meio do fortalecimento das identidades étnico-raciais, o que também é possível de ocorrer nos contextos de produção de conhecimento científico psicológico.

Outro dado encontrado e que se ressalta foi a relativamente pequena proporção de estudos que tratassem dos e citassem os racismos. Essa observação leva à problematização sobre a escrita dos resumos por parte dos(as) pesquisadores(as), que pode ter sido ineficiente ao informar o leitor sobre a pesquisa desenvolvida, ou simplesmente consolida que estudar/pesquisar racismo “não era algo possível de ser feito” até há pouco, como aspecto simbolizador dos racismos estrutural e institucional atravessando a parcela de produções de psicólogos acadêmicos que divulgaram e divulgam trabalhos nas RA da SBP.

A importância do discurso resumo precisa ser sublinhada, haja vista que em anais científicos, como os analisados, o leitor tem disponível informações sobre o título, a autoria, o vínculo institucional e o resumo propriamente dito. Por isso é essencial que o texto apresente todas as informações tratadas na pesquisa, de forma coerente e organizada, facilitando a leitura e instigando o(a) leitor(a), público-alvo dos eventos acadêmicos como as RA, a planejar pesquisas e intervenções na linha de contribuições envolvendo temáticas raciais.

Por fim, número crescente de produções sobre temas raciais foi observado nos anais da SBP, ao longo das últimas cinco décadas. Sugere-se que novas pesquisas com enfoque metodológico semelhante sejam feitas, enfocando produções de outras sociedades científicas brasileiras, para ampliação do panorama aqui apresentado.

## Referências

Alencar, A. V., & Silva, E. F. (2021). Revisão sistemática sobre trabalho, racismo e sofrimento psíquico no contexto brasileiro. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(spe2), Artigo e191716. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003191716>

Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?*. Letramento.

- Alves, M. C., Costa E. S., & Castelar, M. (2020). Psicologias antirracistas: Desafios epistemológicos, metodológicos e ético-políticos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(n.spe), 1-5. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003052019>
- American Psychological Association. (2021). *Apology to people of color for APA's role in promoting, perpetuating, and failing to challenge racism, racial discrimination, and human hierarchy in U.S.* American Psychological Association: Author. Recuperado de: <https://www.apa.org/about/policy/resolution-racism-apology.pdf>
- Associação Brasileira de Psicologia Social (2024). *Sobre a ABRAPSO*. Recuperado de: <https://site.abrapso.org.br/institucional/sobre-a-abrapso/>
- Barbosa, K. O., & Ferreira, A. A. L. (2020). Virgínia Leone Bicudo: Contribuições aos estudos sobre relações raciais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(SPE), 66–79. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.66-79>.
- Benedito, M. S., & Fernandes, M. I. A. (2020). Psicologia e racismo: As heranças da clínica psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40(n.esp.), 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>
- Camino, L. et al. (2014). Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia & Sociedade*, 26(esp.), 117–128. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500013>
- Conselho Federal de Psicologia (1973). *I Plenário do Conselho Federal de Psicologia – 1973/1975*. Brasília: Autor. Recuperado de: <https://site.cfp.org.br/cfp/conheca-o-cfp/gestoes/19731975-2/>
- Conselho Federal de Psicologia (2002). *Resolução CFP Nº 18/2002, 19 de Dezembro de 2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial*. Brasília: Autor. Recuperado de: <https://atosoficiais.com.br/lei/normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-ao-preconceito-e-a-discriminacao-racial-cfp?origin=instituicao>
- Conselho Federal de Psicologia (2017). *Relações raciais: Referência técnica do CREPOP*. Brasília: Autor. Recuperado de: [http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2018/05/relacoes_raciais_baixa.pdf)
- Gajanigo, P. R., & Souza, R. F. D. (2014). Manifestações sociais e novas mídias: A construção de uma cultura contra-hegemônica. *Caderno CRH*, 27(72), 577-592. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300009>
- Gouveia, M., & Zanello, V. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: Experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, 24, Artigo e42738. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42738>
- Jackson Jr., J. P. (2023). Arthur Jensen, evolutionary biology, and racism. *History of Psychology*, 26(1), 1-28.

- Kelly, S., Jérémie-Brink, G., Chambers, A. L., & Smith-Bynum, M. A. (2020). The Black Lives Matter Movement: A call to action for couple and family therapists. *Family Process*, 59(4), 1374-1388. <https://doi.org/10.1111/famp.12614>
- Marques Junior, J. S. (2021). Racismo no Brasil e racismo à brasileira: traços originários. *O Social em Questão*, 50, 63-82. <https://doi.org/10.17771/PU-CRio.OSQ.52260>
- Masiero, A. L. (2005). A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). *Estudos de Psicologia (Natal)*, 10(2), 199-206. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200006>
- Motoyama, S., Simões, E. E., Nagamini, M., & Vargas, R. T. (2002). *50 Anos do CNPq: Contados pelos seus presidentes*. FAPESP.
- Pádua, E. M. M. (2004). *Metodologia da pesquisa: Abordagem teórico-prática*. Papirus.
- Rozestraten, R. (1988). *Histórico da SBP*. Recuperado de: <https://www.sbponline.org.br/conheca-o-historico-da-sbp-relatado-por-ricardo-gorayeb-e-reinier-rozestraten>
- Santos, A. O., & Schucman, L. V. (2015). Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos(as). *Revista Epos*, 16(2), 117-140, 2015. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007&lng=pt&tlng=pt)
- Santos, N. S. (1983). *Torna-se negro: ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.
- Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2017). A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: Do "objeto da ciência" ao sujeito político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (n.esp), 172-185. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>
- Silva, A. B. S. (2023). Olhares e produções de saberes: Narrativas da Psicologia acerca das relações raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, Artigo e253358. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253358>
- Sociedade Brasileira de Psicologia (2023). *Anais e resumos*. Ribeirão Preto: Autor. Recuperado de: <https://www.sbponline.org.br/anais-e-resumos>
- Tabacof, H. (2017). Dessemelhanças e preconceitos. In: N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil* (pp. 47-52). Perspectiva.
- Tucker, W. (Org.). (2009). *The Cattell controversy: Race, science and ideology*. University of Illinois Press.

- Vannuchi, M. B. C. C. (2017). A violência nossa de cada dia: O racismo à brasileira. In: N. M. Kon, M. L. Silva, & C. C. Abud (Orgs.), *O racismo e o negro no Brasil* (pp. 59-70). Perspectiva.
- Veiga, L. M. (2019). Descolonizando a psicologia: Notas para uma psicologia preta. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 244-248. [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29000](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000)
- Veiga, L. (2021). *Clínica do impossível: Linhas de fuga e de cura*. Telha.
- Witter, G. P. (2007). Importância das sociedades/associações científicas: Desenvolvimento da ciência e formação do profissional-pesquisador. *Boletim de Psicologia*, LVII(126), 1-14. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v57n126/v57n126a02.pdf>
- Witter, G. P., & Souza, J. S. (2007). British Psychophysiology Society Annual Meeting (2005): Análise da produção. *Ciência da Informação*, 36(2), 85-91. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652007000200009>
- Winston, A. (2020). Scientific racism and North American psychology. In Oxford research encyclopedia of psychology. <https://oxfordre.com/psychology/view/10.1093/acrefore/9780190236557.001.0001/acrefore-9780190236557-e-516>

### **Nota sobre os(as) autores(as)**

Anna Beatriz Barbosa de Souza Peralta é psicóloga formada pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), membra do Grupo de Pesquisa Clínica Psicanalítica: brincar aprender pensar. Possui experiência na área de Psicologia Hospitalar e atualmente realiza atendimentos psicoterapêuticos com abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental. E-mail: [bannabeatriz@hotmail.com](mailto:bannabeatriz@hotmail.com)

Sara Santos Dias Costa é psicóloga pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Mestranda em Psicologia na linha de pesquisa: Psicologia e Saúde, pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Membro do Grupo de Pesquisa Clínica Psicanalítica: brincar, aprender, pensar. Representante discente do Comitê de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPGP-UFTM. Co-Coordenadora da Liga Acadêmica de Relações Étnico-Raciais Sankofa - UFTM. Tem como áreas de interesse, pesquisa e atuação: clínica psicanalítica, grupos de inspiração psicanalítica, psicologia e relações étnico-raciais. E-mail: [sasantosd@outlook.com](mailto:sasantosd@outlook.com)

Tales Vilela Santeiro é psicólogo pela Universidade de Franca (1998), Mestre em Psicologia Clínica (2000) e Doutor em Psicologia como Profissão e Ciência

(2005), pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Professor Associado 3, do Departamento de Psicologia do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFTM. Líder do Grupo de Pesquisa Clínica psicanalítica: brincar aprender pensar, parceria com Universidade Federal do Tocantins (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, Lattes-CNPq). Revisor de periódicos de nível nacional e internacional. E-mail: [talesanteiro@hotmail.com](mailto:talesanteiro@hotmail.com)

**Data de submissão:** 11.04.2024

**Data de aceite:** 28.10.2024